

RACISMO LINGUÍSTICO: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Vanilda Terezinha da Costa Xavier ¹Leandro Freire Xavier ²Cristiane Maria Ribeiro ³

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a literatura acadêmica sobre racismo linguístico, bem como as estratégias propostas para seu enfrentamento. O racismo linguístico é compreendido como um fenômeno enraizado nas condições históricas, econômicas, culturais e políticas, sendo a língua um reflexo e um veículo da desigualdade racial e social. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa de base bibliográfica, mapeando e sintetizando o conhecimento a partir de pesquisas já realizadas. A linguagem é comunicação, e a própria interação humana, portanto, concretiza-se na língua uma forma de perpetuar opressões, bem como um instrumento de resistência e transformação social. No Brasil, as dinâmicas de poder resultantes da colonização, escravidão e imigração se refletem na língua, carregando marcas de discriminação e exclusão. Exemplos disso incluem o uso de estereótipos raciais, piadas discriminatórias, apropriação cultural e a marginalização de variações linguísticas não padronizadas. A padronização da língua favorece uma visão eurocêntrica, reforçando o domínio das elites e desvalorizando formas de expressão linguística de comunidades marginalizadas. Como referencial teórico-metodológico autores como Nascimento (2019/2021), Dias e Santos (2021) embasam a pesquisa enfatizando que o combate ao racismo linguístico exige a desconstrução ativa das desigualdades históricas. Percebe-se que o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre o papel social da linguagem e a valorização da diversidade linguística são elementos centrais na luta pela equidade racial.

Palavras-chave: racismo; língua; diversidade linguística.

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira, apesar de seu histórico de miscigenação e multiculturalismo, ainda carrega marcas profundas do colonialismo e da escravidão. Essas marcas não se limitam apenas às esferas econômicas e políticas, mas também se manifestam cultural e simbolicamente, incluindo os fatores linguísticos. O racismo linguístico é uma dessas manifestações, revelando-se na utilização de expressões e adjetivos que desumanizam e reduzem o indivíduo negro a características físicas estereotipadas e estigmatizadas.

¹ Mestranda do programa de pós-graduação em Ensino para a Educação Básica do Instituto Federal Goiano IFG – Campus Urutaí. E-mail: vanilda.xavier@estudante.ifgoiano.edu.br

² Mestrando do programa de pós-graduação em Ensino para a Educação Básica do Instituto Federal Goiano IFG – Campus Urutaí. E-mail: leandro.freire@estudante.ifgoiano.edu.br

³ Professor orientador: doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Docente no Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí. Docente do Programa de Pós- Graduação em Ensino para a Educação Básica. E-mail: cristiane.maria@ifgoiano.edu.br



Esta pesquisa traz uma revisão de literatura sobre o racismo linguístico. Sabendo que o uso da língua possibilita ao sujeito ir além de simplesmente representar uma fala, mas é um agir sobre o mundo por meio de seus falares, percebe-se que há uma materialização do racismo no tocante ao uso de expressões que negativamente a pessoa negra.

O objetivo tratado aqui tem o foco em analisar parte da literatura acadêmica sobre racismo linguístico, bem como as estratégias propostas para seu enfrentamento. Definir o termo racismo linguístico com base nas teorias e conceitos apresentados na literatura se torna pertinente frente aos enfrentamentos e luta contra o racismo e preconceitos em todos os âmbitos da sociedade. Investigar como a língua é utilizada na disseminação do racismo traz à tona questionamentos acerca da temática, como a língua é vista na disseminação do racismo? Como se dá o racismo linguístico?

Diante de tantas formas de violência racial vivenciadas por pessoas negras, é preciso identificar os contextos históricos, culturais e sociais em que se manifestam, bem como, os impactos do racismo linguístico na identidade, autoestima e oportunidades socioeconômicas de indivíduos negros. É preciso repensar e propor contribuições acadêmicas para/sobre políticas públicas e ações afirmativas no combater ao racismo linguístico. No entanto, a partir deste estudo, esperamos apontar lacunas e sugerir caminhos para pesquisas futuras sobre o tema.

A linguagem é comunicação, a própria de interação humana, que se manifesta em todas as sociedades. Silva (2023, p. 1) aponta que no decorrer da sua vida “o homem convive com diferentes tipos de linguagem”. Nascimento (2019) pontua que a língua pode ser um espaço de resistência dentro de sua comunidade. As palavras “nego” ou “preto” por exemplo, entre as comunidades negras “seu uso é o signo que marca uma raiz ou origem e passa a ser repertório de compreensão mútua”, (Nascimento, 2019, p. 28). Esses termos citados, não se trata de racismo quando proferidos pelos negros em um regime de intimidade e pertencimento dentro de sua comunidade. Mas dadas as circunstâncias e proferidos em outros contextos, os mesmos termos podem apresentar um sentido carregado de pejoratividade e racismo.

Dessa forma, entendendo que o racismo é produzido nas condições históricas, econômicas, culturais e políticas, e a partir da língua que se materializa suas formas de dominação. Nascimento (2019) abordando Lélia Gonzales, aponta um silenciamento da língua africana a partir da colonização e, que atualmente é percebido um preconceito racial no país em seu caráter linguístico.

Comentado [U1]: Seu texto consegue abarcar esse objetivo? É muita coisa:

- identificar suas manifestações;
- implicações sociais e educacionais;
- estratégias propostas para seu enfrentamento.

Releia o texto depois e veja se o objetivo realmente foi alcançado.



METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem metodológica qualitativa do tipo bibliográfica com base na literatura publicada sobre o tema racismo linguístico. Garcia (2016) aponta que para uma pesquisa bibliográfica, o pesquisador deve propor um problema de pesquisa e um objetivo que estejam em consonância e que a resposta que será buscada está nos livros, artigos, teses, dissertações, entre outros.

As buscas foram realizadas nas bases de dados SciELO, Google Acadêmico, Periódicos CAPES e em repositórios institucionais de universidades públicas brasileiras, entre os meses de setembro de 2024 a fevereiro de 2025. Foram adotados como critérios de inclusão trabalhos que abordassem de forma direta o racismo linguístico e suas implicações sociais e educacionais, publicados nos últimos dez anos (2015–2025). Também foram incorporadas obras de referência consideradas clássicas na área, como Bagno (1999) e Teixeira (2006), pela relevância teórica.

Foram excluídos textos sem acesso completo, trabalhos duplicados, artigos de opinião ou que não tratassem especificamente do racismo linguístico.

Conforme apontado por Morosini e Fernandes (2014), o "estado do conhecimento" refere-se a uma metodologia específica empregada em pesquisas acadêmicas, especialmente em Programas de Pós-graduação na área da Educação e Ensino. Essa metodologia busca promover a conexão entre teoria e prática, permitindo que o pesquisador ou estudante interaja com o saber já estabelecido, ao mesmo tempo em que constrói novos significados durante o desenvolvimento de sua pesquisa. Também chamada de revisão integrativa, essa abordagem tem como finalidade mapear e sintetizar as principais contribuições acadêmicas disponíveis, oferecendo uma visão abrangente do panorama atual em um campo específico do conhecimento.

Alguns livros foram escolhidos dando ênfase a temática como é o caso de Nascimento (2019) onde é apontado de forma coerente e provocativa toda a linha histórica por assim dizer, do racismo na linguística e cada um de seus entraves, trazendo apontamentos e caminhos para que se busque preencher as lacunas para compreensão e enfrentamento do racismo dentro da língua.

LINGUAGEM E RACISMO



Desde o surgimento da humanidade o indivíduo relaciona com seus pares. É na interação entre o sujeito com o meio, o objeto e o mundo que surge a linguagem como produto dessas interações. Conforme Silva (2020) a linguagem é importante para o desenvolvimento humano. É por meio dela que ocorre a regulação e efetivação do pensamento. Pela linguagem o ser humano constrói as relações no meio em que está inserido, “é na e pela linguagem que o indivíduo se constitui, assim ela é a mediação entre sujeito e reveladora de suas ações” (Silva, 2020, p. 123). O homem é, portanto, como escreve Teixeira (2006) o “único animal inserido em um sistema simbólico e também num sistema de signo, que é a linguagem”.

O ser humano não é um sujeito isolado no mundo, mas, sim, como pontua Abreu (2023), essencialmente histórico e social marcado pela interação com o outro na sociedade. É preciso entender a linguagem como forma de interação e compreender o caráter ativo dos sujeitos na produção do social. Compreendendo língua como um conjunto de signos e regras que se combinam entre eles (Furtado *et al.*, 2006), língua e linguagem são aspectos que tornam o homem um ser de interação sociocultural.

A linguagem não é apenas um meio de comunicação, Nascimento (2024) a conceitua como um campo de poder onde as relações raciais são negociadas e contestadas. Para o autor “a linguagem pode ser utilizada para perpetuar a opressão, mas também tem o potencial de ser um instrumento de resistência e transformação” (Nascimento *et al.*, 2024, p. 333). Observar a linguagem sob a perspectiva da raça e do racismo demonstra como as práticas comunicativas podem tanto sustentar quanto questionar as disparidades raciais.

No Brasil, um país marcado pela complexa história de colonização, escravidão e imigração, a língua carrega marcas indeléveis dessas dinâmicas de poder. Neste contexto, raça e racismo emergem como temas centrais para entender não apenas a estrutura e uso da língua, mas também as relações sociais que a permeiam. A análise da linguagem através da lente da raça e do racismo revela como as práticas discursivas podem tanto perpetuar quanto desafiar as desigualdades raciais (Nascimento *et al.*, 2024, p. 333).

O racismo se encontra ramificado na sociedade em todas as suas instituições. Práticas discursivas utilizam a linguagem para reforçar, perpetuar ou naturalizar preconceitos raciais e desigualdades. Santos, Rocha e Carvalho (2020) pontua que “seja de forma violenta, seja com humor, injúrias raciais são enunciadas com a total naturalidade”. Uso de estereótipos raciais, piadas ou comentários discriminatórios,



invisibilização linguística, apropriação cultural no discurso, microagressões verbais, são exemplos que mostram como a linguagem pode ser usada para manter desigualdades raciais, muitas vezes de forma sutil ou naturalizada.

Segundo Santos, Rocha e Carvalho (2020) o português falado no Brasil, apesar da influência africana na sua constituição, é marcado por “sentidos pejorativos” no emprego de palavras que retrata a negritude, a cultura e as tradições afro-brasileiras. Nascimento (2021) acrescenta que não basta “trocar apenas palavras como unidades da superfície da língua”, a bem do politicamente correto.

Enquanto palavras da língua são racistas, porque a língua guarda relações racistas, as pessoas usam a língua para metaforizar o racismo com expressões onde pessoas pretas estão na ponta da opressão, como é o caso do nome macaco. O racismo linguístico não se atém a termos que são racistas (como lado negro da vida, escravo-mudo), mas à própria língua em si. Por isso, não se trata de se fazer um estudo lexicográfico (do qual realmente estamos carentes) sobre esses termos, mas identificar que a língua não para de produzir racialização (Nascimento, 2021, p. 7).

As práticas sociais cotidianas, especialmente as relacionadas à linguagem, desempenham um papel fundamental na construção e disseminação de consensos na sociedade, funcionando como ações políticas que moldam as relações de poder. Essas práticas não são neutras; elas refletem e reforçam estruturas de dominação, como a hegemonia da branquitude, que perpetua desigualdades raciais. Nesse contexto, torna-se essencial promover práticas antirracistas que desafiem os padrões linguísticos e culturais dominantes, buscando desestabilizar essa hegemonia. A negritude, nesse processo, desempenha um papel central ao resgatar e valorizar a memória coletiva e histórica dos povos negros, reafirmando suas identidades e narrativas como uma forma de resistência e transformação social.

A padronização linguística no Brasil tem sido historicamente usada como um instrumento para manter o poder das elites e o status quo. A defesa de uma língua homogênea, inspirada no “cânone coimbrão” da antiga metrópole colonial, reflete como coloca Dias e Santos (2021), a perpetuação de uma visão eurocêntrica que associa a norma culta portuguesa às “formas superiores de civilização”. Essa concepção sustenta práticas de exclusão e discriminação, pois desafiar a ideia de uma língua única e imutável significaria questionar as bases de desigualdades estruturais, como o racismo, a eugenia e os privilégios de nascimento que negaram direitos a grande parte da população brasileira.



Essa dinâmica está profundamente enraizada no colonialismo, um projeto que, durante quase quatro séculos, se apoiou na escravidão para subjugar povos indígenas e africanos, impondo a língua do colonizador como forma de dominação cultural. Isso gerou um "fosso linguístico" entre o português padronizado e as línguas indígenas e africanas, refletindo e reforçando as desigualdades sociais, como aponta Dias e Santos (2021). A padronização da língua, nesse contexto, justifica a exclusão de outras formas de expressão linguística, marginalizando as riquezas culturais e identitárias dos grupos que não se adequam à norma imposta. Assim, essa padronização linguística foi construída para consolidar um sistema de opressão e exclusão, e ressalta a importância de valorizar a diversidade linguística como forma de combater essas desigualdades históricas.

Gabriel Nascimento (2019) analisa como o preconceito racial está profundamente conectado às dimensões social e linguística, denominando essa interseção de "racismo linguístico". Esse conceito se manifesta por meio do linguicídio, ou seja, a destruição das línguas e formas de expressão associadas a grupos não brancos. Para Nascimento (2019), o racismo linguístico não é consensual e divide opiniões, especialmente no campo teórico. Após o surgimento das teorias pós-estruturalistas, a visão de língua como um sistema isolado do sujeito foi questionada. Essas teorias destacam o papel do discurso, do sujeito e da história na construção dos fenômenos linguísticos e consideram que a língua é responsável por criar a realidade, afirmando que nada existe fora da linguagem ou, como sugeriu Foucault, fora do discurso.

Embora Nascimento (2019) reconheça que a língua tem o poder de moldar o real, ele critica a criação de uma "metafísica da língua" promovida por algumas abordagens pós-estruturalistas, considerando-a tão problemática quanto o estruturalismo. Dias e Santos (2021) apontam outra crítica relevante feita por Nascimento, é que os pós-estruturalistas frequentemente tratam a língua como um objeto isolado, negligenciando as experiências concretas de resistência cultural e linguística de povos colonizados. Para ele, tanto as abordagens estruturalistas quanto as pós-estruturalistas falham em abordar de forma adequada o impacto brutal do processo de colonização sobre os grupos não brancos, ignorando os aspectos mais violentos dessa história.

No entanto, mesmo que a sociedade venha negar a existência tanto do preconceito racial como do racismo linguístico (Almeida, 2013), ambos se mostram frequentemente na linguagem oral cotidiana. Além disso, é propagado nos diversos espaços sociais, entre eles o escolar, piadas e brincadeiras que refletem a crença de que atitudes assim não é ser preconceituoso. Almeida (2013) pontua que em geral o uso de alguns termos corriqueiros



se dão pelo “esquecimento voluntário” do nome de quem se quer ofender, fazendo uso de adjetivos racistas. Dessa forma, dá vida às características físicas e estigmatizadas, colocando o negro inexistente como pessoa.

Então, o negro passa a não existir como pessoa, mas por suas características físicas estigmatizadas, como por exemplo: “aquele negrinho, quem ele pensa que é?”, “cabelo bombрил”, “nego imundo””. O “corpo negro”, conforme o regime semiótico racista, é o próprio lugar da subordinação ou da exclusão (Almeida, 2013, p. 33).

Ao negar o nome e a identidade da pessoa negra, substituindo-os por adjetivos carregados de preconceito, a linguagem reforça uma posição de exclusão e subordinação. A expressão “esquecimento voluntário” utilizada por Almeida (2013) aponta para o caráter deliberado dessas práticas. Isso implica que, mesmo que os indivíduos não reconheçam conscientemente sua atitude como racista, ela reflete um processo social que busca perpetuar a desigualdade racial. Quando a pessoa negra é reduzida a expressões como “negrinho” ou “cabelo bombрил”, ela deixa de ser vista como um indivíduo com direitos e dignidade própria. Essa desumanização é uma ferramenta histórica de controle social que busca limitar as possibilidades de reconhecimento e ascensão da população negra.

Portanto, é fundamental reconhecer e combater as práticas de racismo linguístico e preconceito racial em todas as esferas sociais. Isso exige uma revisão crítica das expressões e comportamentos naturalizados, bem como a implementação de políticas educacionais que promovam a diversidade e o respeito. Somente ao dismantelar essas estruturas simbólicas será possível construir uma sociedade verdadeiramente equitativa e inclusiva, onde todas as pessoas, independentemente de sua cor ou origem, sejam valorizadas por sua humanidade e contribuições.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise dos estudos revisados, foi possível observar que o racismo linguístico é um fenômeno complexo, atravessado por dimensões históricas, sociais, culturais e educacionais. Os autores analisados — como Nascimento (2019, 2021, 2024), Dias e Santos (2021), Almeida (2013), Bagno (1999) e Teixeira (2006) — evidenciam que a língua, mais do que um instrumento de comunicação, constitui um



espaço de poder e de disputa simbólica, onde se reproduzem hierarquias raciais e exclusões sociais.

Verificou-se que, historicamente, o português brasileiro foi consolidado como língua hegemônica, marcada pela herança colonial e pela padronização eurocêntrica que desvalorizou as formas de fala associadas à população negra e às comunidades tradicionais. Essa padronização linguística reforçou a ideia de superioridade cultural do colonizador e promoveu o apagamento das línguas africanas e indígenas, configurando o que Nascimento (2019) denomina de “linguicídio”.

Os estudos indicam também que a língua serve como mecanismo de controle simbólico e social. Expressões racistas, piadas e metáforas negativas sobre a negritude permanecem no discurso cotidiano, muitas vezes de forma velada, naturalizando o racismo e legitimando a desigualdade (SANTOS; ROCHA; CARVALHO, 2020). Ao mesmo tempo, a linguagem pode ser um espaço de resistência, quando ressignificada pelas próprias comunidades negras, que se apropriam dos termos e transformam o sentido de palavras historicamente usadas para ofender (NASCIMENTO, 2019).

Bagno (1999) destaca que o preconceito linguístico é, na verdade, uma expressão do preconceito social, uma vez que “o que está em jogo não é a língua que a pessoa fala, mas a própria pessoa como ser social”. Assim, o racismo linguístico atua de modo a inferiorizar e deslegitimar identidades negras, limitando oportunidades e reforçando estigmas.

Outra constatação importante é a necessidade de se reconhecer o papel das instituições educativas nesse processo. A escola, ao privilegiar apenas a norma-padrão e ignorar a diversidade linguística do país, acaba reproduzindo práticas excludentes. Nesse sentido, Dias e Santos (2021) defendem uma ruptura com o racismo linguístico e epistêmico nas escolas, promovendo uma educação antirracista que valorize as diferentes formas de fala como expressões legítimas de identidade e cultura.

A revisão também revelou uma lacuna nas políticas públicas de enfrentamento do racismo linguístico. Embora o debate tenha avançado no campo acadêmico, ainda são incipientes as ações concretas voltadas à formação docente e à reformulação curricular para o reconhecimento da diversidade linguística e cultural brasileira. Isso evidencia a urgência de se ampliar o debate em espaços educacionais e científicos, de modo que o combate ao racismo linguístico se torne um compromisso ético e político de toda a sociedade.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar a literatura relacionada ao racismo linguístico, foi possível identificar suas manifestações dentro da sociedade. De fato ainda há muitas lacunas a serem exploradas a fim de que haja um enfrentamento em todos os seus níveis. O combate ao racismo exige uma desconstrução ativa da branquitude e das desigualdades históricas que ela sustenta, de forma que haja uma conscientização crítica sobre o uso da linguagem. Esse processo busca reinscrever a negritude como parte essencial da sociedade, desafiando os estereótipos e exclusões que a marginalizam.

No entanto, o racismo permanece profundamente enraizado, influenciando as formas de expressão e perpetuando desigualdades. Ele molda os lugares atribuídos aos diferentes grupos sociais, define suas características percebidas, limita sua participação política, restringe sua valorização cultural e condiciona as oportunidades materiais disponíveis. Assim, a superação desse sistema exige um esforço contínuo para reconfigurar essas dinâmicas e construir uma sociedade mais justa e inclusiva. A escola é um dos espaços privilegiados para a análise dessa questão. Como local de formação de valores e identidades, ela tanto reflete quanto reforça as dinâmicas da sociedade em que está inserida.

Assim, como todo preconceito, o linguístico é a manifestação, de fato, de um preconceito social, “porque o que está em jogo não é a língua que a pessoa fala, mas a própria pessoa como ser social” (Bagno, 1999, p. s/d). A capacidade da língua permite ao sujeito muito mais do que representar o mundo. Como coloca Nascimento (2019, p. 67), “se trata também de agir sobre o mundo e permitir que os sujeitos ajam sobre o mundo através de seus falares”. Piadas e brincadeiras que fazem uso de expressões racistas não apenas perpetuam estereótipos, mas também naturalizam o racismo entre as crianças e adolescentes, reforçando a ideia de que atitudes preconceituosas podem ser minimizadas ou ignoradas.

O racismo se perpetua por diversos meios, mas um dos mais evidentes está na linguagem. Ele se manifesta através de frases, expressões e palavras com teor racista, que são repetidos de forma constante nos diferentes contextos sociais do nosso país. É preciso trazer esse debate para os espaços educacionais e de pesquisa para que seja amplificado e divulgado todas as formas de racismo a fim de combatê-lo em todas as esferas. Não se pode deixar que linguajares, brincadeiras e falas preconceituosas continuem sendo usadas como uma linguagem “normal” na sociedade com aceite de todos. Esse trabalho não



Diante dessas constatações, entende-se que o debate sobre o racismo linguístico deve ultrapassar o campo teórico e se traduzir em práticas educativas e políticas concretas. A pesquisa aqui apresentada contribui para ampliar a compreensão desse fenômeno e pode subsidiar ações formativas voltadas à promoção de uma educação antirracista, crítica e inclusiva. Recomenda-se o desenvolvimento de novos estudos empíricos que investiguem as manifestações do racismo linguístico em contextos escolares e midiáticos, fortalecendo o diálogo entre a academia e a sociedade. Dessa forma, reafirma-se a urgência de construir uma sociedade em que a linguagem seja instrumento de reconhecimento e valorização das múltiplas identidades que compõem o Brasil.

Comentado [U2]: Nome de autor não vai em destaque.

-



NASCIMENTO, G. *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

NASCIMENTO, G. Racismo linguístico é sobre palavras? *Língua Nostra, Vitória da Conquista*, v. 8, n. 1, p. 3-15, jan./jul. 2021.

NASCIMENTO, G.; NETO, M. J. S.; MARTINS, S. T. A. Estudos de língua(gem) e racismo. *Estudos Linguísticos e Literários, Salvador*, n. 78, p. 332-339, jul./set. 2024.

SANTOS, C. R.; ROCHA, M. M.; CARVALHO, I. F. O racismo, antirracismo e branquitude: **os signos e o tema em ressonância dialógica no embate ideológico**. *Fólio – Revista de Letras, Vitória da Conquista*, v. 12, n. 2, jul./dez. 2020.

TEIXEIRA, R. *O papel da educação e da linguagem no processo de discriminação e atenuação do racismo no Brasil*. 2006. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

